

Produzir

Incêndios e terra para estrangeiros



J. Reis

Cesário Ramalho*

NESTE MÊS, quero abordar dois assuntos que vêm ocupando a grande mídia, com impacto direto na imagem e nos marcos regulatórios do agronegócio: os incêndios florestais pelo País afora e a legislação relativa à aquisição de terras por estrangeiros.

Em relação ao primeiro tema, a Sociedade Rural Brasileira lamenta o elevado índice de incêndios florestais que vêm assolando o País, em razão da estiagem na maior parte do território nacional. Do ponto de vista técnico, são incêndios de ocorrências espontâneas, alguns acidentais e outros de origem criminosa. Entretanto, a Rural lamenta também o desconhecimento de alguns segmentos da sociedade – em sua maioria antagonistas ao agro – que insistem em tachar o produtor rural como vilão desta situação.

A Sociedade Rural Brasileira salienta de maneira contundente que o produtor rural sério e organizado não utiliza o fogo como ferramenta de trabalho para a sua atividade. A questão é que casos isolados não podem ser imputados ao conjunto da classe rural do País. O produtor é amigo do meio ambiente, sabe que a sustentabilidade de seu negócio está atrelada à proteção e ao uso racional dos recursos naturais. Além disso, o agro brasileiro cresce em produtividade, produzindo mais em menos áreas, ou seja, sem precisar desmatar.

O fato é que o produtor rural também é uma das vítimas da proliferação do fogo, que destrói lavouras e pastagens, bem como coloca em risco pessoas, instalações, animais e maquinários. No caso da agricultura que adota o plantio direto, por exemplo, os danos causados pelos incêndios comprometem a produtividade da próxima safra, já que o fogo queima a camada de palha existente sobre o solo e retira seus nutrientes.

A Rural lastima ainda que o Poder Público – único capaz de enfrentar incêndios dessa magnitude – não tenha sido capaz de planejar e realizar ações com o objetivo de prevenir e combater os atuais focos de queimadas. O Brasil, lamentavelmente, não conta com um sistema adequado de prevenção e manejo de incêndios. A defesa civil do País precisa ser aperfeiçoada, não só para os casos de incêndios como também para socorrer outros tipos de problemas, como enchentes, por exemplo.

Estranhamente, curiosamente e ironicamente, alguns órgãos ambientais procuram afastar de si a responsabilidade pelos problemas das queimadas, multando indiscriminadamente – com valores, diga-se de passagem, exorbitantes – os produtores rurais. Ressalte-se ainda que o produtor é, há anos, refém da ausência de um seguro maciço e adequado. A agropecuária é uma atividade de risco elevadíssimo.

Para se ter ideia desse problema, repasses da União para programas contra queimadas caíram 20% de 2009 para 2010, recuando de R\$ 112,9 milhões para R\$ 90,7 milhões. A Sociedade Rural Brasileira ressalta, ainda, a importância do controle do fogo nas reservas indígenas e nos assentamentos, pois, em muitas vezes, esses incêndios começam em terras protegidas e sem condições de serem revertidos.

Compra de terras por estrangeiros

Já com relação ao segundo assunto, a aquisição de terras por estrangeiros, limitada recentemente pelo presidente da

República, Luiz Inácio Lula da Silva, observamos que a compra de terras por organizações envolvidas diretamente com o Estado chinês, por exemplo, é algo que preocupa e que deve ser restringida. Todavia, não se trata de regras para investimentos estrangeiros, mas, sim, de relações entre Estados soberanos.

Na avaliação da Rural, o Brasil tradicionalmente abrigou agricultores que para cá vieram provenientes de toda parte do globo. De alemães, passando por italianos e holandeses, chegando a japoneses e norte-americanos, entre outros, todos trouxeram enorme contribuição para a nossa agricultura.

Enriqueceram nossa cultura, diversificaram a culinária e os costumes e hoje são parte do maior ativo brasileiro. A diversidade, que deve ser preservada na natureza, também deve ser incentivada na sociedade.

Para a Sociedade Rural Brasileira, não se pode deixar de lembrar também dos consideráveis investimentos nas atividades rurais que os brasileiros desenvolvem em países estrangeiros. Estas atividades dependem da nossa reciprocidade.

Portanto, a Rural é favorável ao estímulo ao investimento estrangeiro no Brasil. Contudo, não há dúvida de que, no caso chinês, devem ser levadas em consideração suas particularidades.

A matéria é de grande importância e precisa ser tratada com a profundidade necessária. Na verdade, é uma questão que se relaciona com o tratamento que o Brasil dá ao investimento estrangeiro em geral.

Dessa forma, não pode ser objeto de decisão unilateral do Executivo, devendo, sim, ser debatida pela sociedade brasileira e deliberada pelo Congresso Nacional. O capital estrangeiro é necessário e muito bem-vindo, desde que utilizado para gerar riquezas no Brasil. Esses recursos são essenciais para viabilizar um novo salto do agronegócio brasileiro. ■

* Presidente da Sociedade Rural Brasileira (SRB)